

BRASIL SUMMIT

Economia em tempo de desafio

Especialistas chamam a atenção para o cenário a curto prazo: incerteza externa, redução de expectativas e desaceleração

» ROSANA HESSEL
» FERNANDA STRICKLAND
» MAIARA MARINHO
» VANILSON OLIVEIRA

O aumento da incerteza internacional, a deterioração das expectativas de inflação e a desaceleração da atividade econômica estão entre os principais desafios para o crescimento mais sustentável do Brasil neste ano. A avaliação é do presidente da Federação Brasileira de Bancos (Febraban), Isaac Sidney. Conforme salientou, o país não pode se isolar dessa realidade.

“O mundo que conhecíamos mudou de forma radical”, advertiu, ontem, no primeiro painel do Brasil Summit 2025, evento realizado pelo Lide em parceria com o **Correio Braziliense**.

Sidney enfatizou a necessidade de uma nova perspectiva para enfrentar os desafios econômicos em um cenário de desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB) e de uma guinada significativa da geopolítica, com os Estados Unidos novamente sob a presidência de Donald Trump. A maior economia do planeta tem se afastado da liderança compartilhada com os aliados ocidentais para um modelo protecionista e isolacionista.

“A palavra-chave sobre o que está acontecendo é, de fato, uma deterioração das incertezas, um cenário de muita insegurança”, ressaltou, ao comentar o aumento das tensões no cenário externo. Mas, mesmo com esse panorama preocupante, Sidney reconheceu que a economia brasileira, apesar das dificuldades, mantém uma posição relativamente estável.

“Não podemos abusar da sorte. O mar lá fora está revolto e precisamos fortalecer o casco da nossa embarcação”, alertou.

O presidente da Febraban defendeu, ainda, que o país deve adotar medidas para proteger-se dos impactos externos e, ao mesmo tempo, buscar oportunidades na crise. Segundo Sidney, a instabilidade internacional impõe desafios, mas, também, abre espaço para estratégias que fortaleçam a economia nacional. “Precisamos saber navegar nesses mares bravios”, ressaltou.

Para o Brasil, o cenário é desafiador, ressaltou Sidney. O país, com um volume expressivo de exportações, pode ser diretamente atingido pelas novas políticas comerciais dos EUA. Além disso, há riscos potenciais para o fluxo de investimentos estrangeiros. “Estamos em um período de grande volatilidade nos mercados e isso tende a se intensificar”, observou.

Reformas

Diante das incertezas no mercado internacional, da piora das perspectivas para a atividade econômica e da deterioração do quadro fiscal neste ano, o ex-ministro da Fazenda e ex-presidente do Banco Central (BC) Henrique Meirelles foi taxativo sobre a necessidade de o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva retomar a agenda de reformas — sobretudo a administrativa. Na avaliação dele, mexer no setor público ajudará o governo a reduzir as despesas e, até mesmo, zerar o rombo das contas públicas.

Meirelles lembrou que, quando estava na Secretaria de Fazenda de São Paulo, a reforma administrativa coordenada por ele, em 2022, permitiu uma economia de R\$ 53 bilhões aos cofres do governo paulista (**leia entrevista ao lado**).

“Uma reforma no governo federal poderia ser maior e, sim, resolver, de maneira consistente e sustentável a situação fiscal”, destacou Meirelles, que também é co-chairman do Lide. Com a bagagem de ex-ministro da Fazenda do governo Michel Temer, ele lembrou que o Brasil fez reformas nos últimos governos e ressaltou

Fotos: Marcelo Ferreira/CB/D.A. Press



Apesar do horizonte repleto de dúvidas, Sidney considera que o momento favorece o surgimento de estratégias que fortalecem a economia brasileira

Quatro perguntas para Henrique Meirelles — Ex-ministro da Fazenda e co-chairman do board do Lide

A reforma administrativa poderá ajudar o governo a equilibrar as contas?

Absolutamente. O estado de São Paulo fez uma reforma administrativa que, em 2022, gerou um efeito orçamentário e de caixa de R\$ 53 bilhões. O Orçamento da União é várias vezes maior. Então, uma reforma administrativa no governo federal teria um impacto muito importante, não só em termos de maior eficiência da máquina pública, mas, também, da geração de ganhos importantes na diminuição das despesas.

E poderia até zerar o déficit fiscal, que é um dos grandes problemas das contas públicas atualmente...

Sim, certamente.

O senhor comentou, na palestra, que o teto de gastos, aprovado em 2016 na sua gestão, ajudava a ancorar as expectativas de inflação. Agora, com o arcabouço fiscal, isso não está mais ocorrendo, porque a política fiscal é expansionista. Esse é o grande problema?

Aí não tem só a questão do arcabouço, mas, também, o fato de que muitas despesas não estão sendo contabilizadas. Mas, agora, de qualquer maneira, a situação da economia vai bem. O Produto Interno Bruto (PIB) de 2024 cresce 3,4%, mas precisamos olhar para frente e ser cuidadosos para que isso não gere uma crise maior.

E essa questão do aumento de tarifas nos Estados Unidos, como a do aço e a do alumínio, que foram**sobretaxados em 25%? Isso pode ajudar a travar o crescimento econômico do Brasil?**

Não acredito nisso. O Brasil não é um grande exportador de produtos manufaturados para os Estados Unidos. O país exporta commodities e tem déficit comercial com os EUA. A China é um forte exportador e isso (a guerra tarifária iniciada pelo governo de Donald Trump) impacta mais os países europeus, como o Reino Unido, por exemplo. (RH)



Meirelles: reforma administrativa ajudaria no equilíbrio das contas

a trabalhista, que conduziu.

Ele evitou criticar o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que, conforme avalia, vem sofrendo bombardeio de integrantes do próprio governo na tentativa de equilibrar as contas públicas. Mas considerou um erro substituir o teto de gastos — proposto pela equipe de Meirelles e aprovado em 2016 — pelo arcabouço fiscal, criado pelo time de Haddad. “A agenda dele é positiva, mas não está endereçada ao cerne da questão”, alertou Meirelles, lembrando que o governo Lula mantém uma política fiscal expansionista, na contramão da

agenda do BC — que é obrigado a aumentar os juros.

“Temos alguns desafios importantes pela frente, mas a estrutura da economia brasileira já teve um grande impulso com as reformas estruturais feitas. Temos que prosseguir, principalmente, na reforma administrativa”, disse.

Resistência

Meirelles lembrou que o Brasil está mais resistente às crises externas devido ao colchão de reservas de moedas estrangeiras, implementado nos oito anos em que esteve à



Para Brito, Congresso tem blindado as medidas econômicas

frente do BC, nos dois primeiros mandatos de Lula.

“Tivemos a maior saída de dólares do país em dezembro exatamente devido à preocupação com os problemas fiscais. Mas não tivemos crise, ao contrário do passado, porque temos mais de US\$ 350 bilhões de reservas”, frisou.

Meirelles e Sidney reconheceram que o controle da inflação continua sendo um dos mais importantes desafios do país — em fevereiro, o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) apresentou alta de 1,31%, maior patamar desde 2023, e a taxa acumulada em 12 meses segue acima

do teto da meta, de 4,50%. Com isso, o BC deve manter o aperto na política monetária, mantendo elevada a taxa básica de juros.

O ex-presidente do BC apontou que a Selic (13,25% ao ano) está alta, mas não é suficiente para conter a inflação, em grande parte devido à falta de confiança do mercado no compromisso do governo em reequilibrar as contas. Meirelles ressaltou que há um descompasso entre a política fiscal e a monetária e, por isso, a autoridade monetária tem dificuldades para reduzir a inflação para o centro da meta, pois a política fiscal segue expansionista.

1,31%

foi o IPCA de fevereiro, o maior desde 2023. Para Isaac Sidney e Henrique Meirelles, o controle da inflação ainda é um dos grandes desafios do país

Garantidor da estabilidade

O líder do PSD na Câmara, Antonio Brito (BA), afirmou que o protagonismo do Congresso tem sido essencial para garantir a estabilidade econômica, uma vez que “todas as medidas que chegaram (ao Legislativo) foram blindadas da polarização política”. Ele alertou, porém, que a desaceleração do Produto Interno Bruto (PIB), no último trimestre de 2024, é algo para se preocupar. O parlamentar também considera que medidas como a isenção do Imposto de Renda de Pessoa Física (IRPF) para quem ganha até R\$ 5 mil precisam ser analisadas com cautela.

Brito defendeu, no seminário Brasil Summit 2025, a responsabilidade fiscal, a continuidade das reformas estruturantes e a necessidade de ajustes fiscais para equilibrar as contas públicas. Para ele, o Congresso terá a responsabilidade de evitar aumento do gasto público e da carga tributária.

“Nosso desafio é garantir equilíbrio fiscal, sem prejudicar o setor produtivo”, enfatizou.

O deputado assegurou que o Congresso continuará atuando para dar sequência às reformas estruturantes. Por conta disso, citou a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 32, que trata da reforma administrativa proposta pelo governo Jair Bolsonaro e está na Comissão de Constituição e Justiça (CCJ) — segundo Brito, tem totais condições de voltar a tramitar.

Para o líder do PSD, a harmonia entre os Poderes é fundamental para que assuntos de interesse do país tramitem sem percalços. Brito destacou que o Parlamento seguirá garantindo a pacificação política e a responsabilidade fiscal. “O Congresso está preparado para os desafios que nos cabem na economia neste ano”, assegurou.

Diálogo

Na avaliação de Brito, o Legislativo tem atuado para blindar as medidas econômicas da polarização política e garantir um ambiente de previsibilidade para o setor produtivo. O deputado ressaltou que, nos últimos anos, o Congresso consolidou-se como de perfil reformista, assumindo um papel determinante na aprovação de medidas estruturantes.

Ele, inclusive, citou como principais reformas a PEC do Teto de Gastos (2016), a reforma trabalhista, a reforma da Previdência e a autonomia do Banco Central — “todas essenciais para garantir maior estabilidade à economia brasileira”.

O parlamentar ressaltou que essas mudanças foram feitas com base no diálogo entre os Poderes e levando em consideração a busca por consensos. “Sem liderança, não se tem a capacidade de empreender reformas. Sem liderança, não se tem a capacidade de construir consensos a partir do diálogo”, ressaltou.

Brito também destacou a importância da PEC da Transição, aprovada no fim do governo Bolsonaro. Foi essa emenda constitucional que permitiu que o novo governo desse continuidade a compromissos financeiros essenciais — como o pagamento do Bolsa Família mais robusto, prometido na campanha do presidente Luiz Inácio Lula da Silva. (VO)